

## **Pela Concretização do Projeto do Arco Ribeirinho Sul**

A qualificação dos espaços industriais, através da criação de condições para o reforço do desenvolvimento do pólo siderúrgico existente e da procura de novas unidades produtivas, é uma estratégia fundamental para a dinamização económica e produtiva do Concelho do Seixal, da Região e do País.

Esta estratégia está enquadrada no Projeto do Arco Ribeirinho Sul, um desígnio dos Municípios do Seixal, Almada e Barreiro. Com a designação internacional "Lisbon South Bay", o projeto visa a promoção do território e captação de investimento para as áreas industriais da Siderurgia Nacional (Seixal), Quimiparque (Barreiro) e Margueira (Almada), as duas primeiras eminentemente industriais com capacidade para acolher indústria pesada, ligeira, logística, serviços, atividades portuárias e turismo, e cuja gestão está a cargo da Baía do Tejo, empresa do setor empresarial do Estado.

No caso concreto do Seixal, o território da ex-Siderurgia Nacional ocupa uma área de 536 hectares, longitudinalmente ao longo do esteiro do rio Coina. Na zona norte, existem 118 hectares totalmente desocupados, na zona central, 218 hectares onde se localizam duas unidades siderúrgicas (SN Seixal e Lusosider) e diversas outras indústrias e na zona sul cerca de 200 hectares para loteamentos industriais e de serviços, infraestruturados e em vias de desenvolvimento. É ainda uma zona com mobilidade favorecida, no quadro das acessibilidades de que o Município dispõe.

A revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal, publicada em Diário da República no dia 4 de março de 2015, estando já eficaz enquanto PDM de 2.<sup>a</sup> geração, confirma a aposta do Concelho no desenvolvimento económico e social, onde o Projeto do Arco Ribeirinho Sul é um dos seus principais eixos de desenvolvimento. O novo Plano Diretor Municipal, que traça os principais eixos de desenvolvimento para os próximos 10 anos da vida do município, reflete uma estratégia de intervenção no território que consagra uma aposta clara na fixação da indústria, logística e serviços, potenciando o reforço e a criação de novas áreas de desenvolvimento económico, atingindo quase 1 000 hectares no total do concelho, donde se destacam 460 hectares para indústria e logística e 300 hectares para indústria transformadora pesada. A opção da Câmara Municipal do Seixal passa por qualificar os espaços industriais existentes, criando condições para o reforço do desenvolvimento do pólo siderúrgico existente, onde a par das principais unidades industriais do sector siderúrgico, se venham a instalar novas unidades, bem como a criação de uma plataforma logística de nível regional, promovendo novas áreas de dinamização económica e produtiva, em articulação com os Parques de Atividades Económicas existentes no Concelho.

A concretização do projeto do Arco Ribeirinho Sul terá um impacto determinante. Para além do contributo para a coesão territorial e reforço da "grande metrópole de duas margens" centrada no Tejo e a afirmação dos territórios de Seixal, Barreiro e Almada, enquanto centralidades no espaço urbano, permitirá a criação de emprego qualificado, a reindustrialização, a requalificação e diversificação de usos.

Pretende-se a valorização da indústria instalada, captação de investimento para novas áreas e atividades económicas, fixação de empresas competitivas e inovadoras e novas cadeias de valor, sem esquecer a reconversão e qualificação urbanística e ambiental destas grandes áreas industriais obsoletas ou parcialmente degradadas. Espera-se atrair a criação de áreas predominantemente afetas a indústria transformadora pesada, valorizando a produção nacional, bem como a consolidação das áreas de atividade económica de logística e serviços, a par do desenvolvimento de atividades de carácter portuário.

Esta iniciativa, que consiste no maior projeto nacional de reconversão e qualificação industrial e ambiental, detendo enorme impacto na valorização da frente ribeirinha dos territórios que o integram, constitui por essa via um instrumento fundamental no quadro do desenvolvimento económico-social e da criação de emprego na Área Metropolitana de Lisboa, Península de Setúbal e no Concelho do Seixal em particular.

Contudo, o projeto tarda em avançar e concretizar-se.

A Baía do Tejo, que tem a seu cargo a concretização da estratégia de marketing territorial delineada entre os parceiros para a disseminação da divulgação e promoção dos territórios *Lisbon South Bay*, tem garantido uma presença qualificada em grandes eventos, e realizado seminários e palestras sobre as oportunidades, vantagens e incentivos ao investimento com interlocutores de eleição, colocando com projeção a mensagem de afirmação da Península de Setúbal como uma zona industrial e logística de referência, com os seus espaços de natural aptidão para as atividades económicas.

No entanto, não basta o esforço da Baía do Tejo e das Autarquias. Mais do que qualquer campanha, será a realidade concreta que alavancará a economia regional e metropolitana, e a atratividade e o potencial dos terrenos só serão plenos com a concretização de infraestruturas e serviços há muito idealizados.

A nossa região dispõe de um quadro orientador bem definido e objetivo, que integra as necessidades concretas de investimento em infraestruturas estratégicas. O Plano de Desenvolvimento Estratégico da Península de Setúbal (PEDEPES+), elaborado no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setúbal, consagra as prioridades de investimento a concretizar na região, as quais sustentam não apenas as legítimas expectativas de desenvolvimento regional, mas representam igualmente um investimento global do nosso País, pela dimensão e impacto claramente nacionais que muitos destes investimentos representam.

A estratégia do PEDEPES+ vai de encontro às políticas estratégicas em desenvolvimento do Município do Seixal e apresenta uma visão dinâmica e inovadora da Península de Setúbal, em que os seus recursos naturais e industriais diversificados se preveem a servir uma política de integração

responsável, sustentável e eficiente na sua génese, objetivando qualidade na gestão dos seus recursos e da qualidade de vida das populações, tanto no plano físico e urbano, como no plano intelectual e profissional.

Assim, devem ser consideradas as prioridades de investimento em projetos e infraestruturas estruturantes e determinantes para a promoção de um desenvolvimento económico e social equilibrado e equitativo na Região de Setúbal, designadamente:

- A construção do novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete;
- A construção da Terceira Travessia do Tejo, rodoferroviária, Chelas-Barreiro;
- A instalação do Novo Terminal de Contentores do Porto de Lisboa, no Barreiro;
- A criação da ligação ferroviária de Sines-Badajoz;
- A criação da ligação ferroviária de Alta Velocidade (TGV), entre Lisboa e Madrid;
- A construção das Estradas Regionais 10 (ER 10), entre Corroios e a Moita, atualmente com um viaduto inacabado, bem como a ponte Seixal-Barreiro e 11-2 (ER 11-2), entre o Barreiro e o Montijo;
- A execução da 2.<sup>a</sup> fase do Metro Sul do Tejo, até à estação da Fertagus do Fogueteiro e programação da 3.<sup>a</sup> fase, até ao Seixal, com ligação ao Barreiro e futuramente a Alcochete.

A somar ao adiamento recorrente destas intervenções fundamentais, que minoram a capacidade das entidades em cumprir a sua missão de desenvolvimento, há que lembrar que a Região de Setúbal e o próprio concelho foram confrontados nas últimas décadas com sucessivas opções políticas e económicas que conduziram à destruição massiva do tecido produtivo.

No caso concreto da indústria siderúrgica e no exemplo que nos é mais próximo, sublinhar o processo que levou à destruição da Siderurgia Nacional, empresa que chegou a empregar sensivelmente 6.500 trabalhadores, entre as instalações de Aldeia de Paio Pires e da Maia, naquilo que se constituiu como um autêntico crime perpetrado contra os interesses nacionais e contra os milhares de trabalhadores, que viriam a ser despedidos ou reformados antecipadamente. O processo de privatização que se seguiu ficou marcado negativamente pela incapaz negociação com os capitais privados, pois ficou o Estado Português com a responsabilidade de resolver o enorme e gravoso passivo ambiental deixado pelos anos de laboração da Siderurgia Nacional, com o compromisso de apoiar a reintegração dos antigos trabalhadores no mercado de trabalho e a salvaguardar o património existente (alto forno, pavilhão desportivo, escola de formação e terrenos devolutos/inativos), compromissos esses esquecidos ou concretizados de forma mínima.

Consideramos que o respeito pelos direitos dos trabalhadores, designadamente no que concerne às suas condições remuneratórias, físicas, de saúde e emocionais no desenvolvimento do trabalho, são uma condição única essencial para o desenvolvimento da indústria transformadora, pelo que as

políticas de afrontamento ao mundo do trabalho, da sua desvalorização, com perda de direitos e regalias, chocam frontalmente com o desejado desenvolvimento industrial.

O Seixal conta com uma população ativa estimada em 81.000 pessoas, com nível de qualificação acima da média nacional, mas com uma taxa de desemprego elevada, na ordem dos 14%. O Projeto Arco Ribeirinho Sul constitui-se assim como um instrumento fundamental no quadro da criação de emprego na Área Metropolitana de Lisboa, Península de Setúbal e no Concelho do Seixal em particular.

Há a registar um ligeiro avanço na questão da descontaminação dos solos, com o anúncio recente de um investimento de seis milhões de euros para a remoção de lamas e terras contaminadas, nos terrenos industriais da antiga Siderurgia Nacional, comparticipados em 85% por fundos comunitários. Mas há um longo caminho a percorrer. São necessários cerca de 50 milhões de euros para descontaminar todos os solos, tendo destes sido concretizados 13, mais 6 milhões nos termos da candidatura aprovada. Nesse sentido, é determinante que os Governos continuem empenhados na resolução destes passivos ambientais, que são, pela inércia anteriormente mencionada, da sua integral responsabilidade.

Nestes termos, a Câmara Municipal do Seixal, reunida em Sessão Pública a 17 de novembro de 2016, delibera:

1. Reiterar a absoluta necessidade de concretização dos projetos estruturantes para a Região e Península de Setúbal e para o Concelho do Seixal, enquanto fatores de desenvolvimento económico, progresso, criação de emprego, bem-estar e qualidade de vida para as populações;
2. Manifestar a determinação em potenciar a forte matriz industrial que caracteriza o Concelho, através da instalação de novas unidades produtivas, no âmbito do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, revitalizando importantes áreas do território, como é maior exemplo a da Siderurgia Nacional, para além da planificação de novas áreas industriais, de serviços ou logística, que foram criadas no âmbito do novo Plano Diretor Municipal, afirmando o cluster industrial e logístico no Concelho;
3. Reiterar a salvaguarda dos valores ambientais e a qualidade de vida das populações como princípios inultrapassáveis, como tem sido a postura desta Autarquia, zelando, na esfera das suas competências, por um sistema industrial responsável, a par da exigência pelo cumprimento da legislação em vigor por parte das unidades industriais instaladas nos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, de modo a minimizar os impactos ambientais no território e junto da população do Concelho;
4. Pugnar pelo emprego com direitos e pela valorização das estruturas representativas dos trabalhadores, naquilo que se pretende como sendo a gestão democrática das empresas em território nacional;

5. Exortar o Governo a concretizar os projetos estruturantes fundamentais para a Região e para o País.

Seixal, 17 de novembro de 2016

Joaquim Cesário Cardador dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal do Seixal